



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009675-91.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Toledo e Silva Comércio de Motos Ltda – Me**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Toledo e Silva Comércio de Motos Ltda – Me move(m) ação contra DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO. Sustenta que intermediou a compra e venda de uma motocicleta, entre o vendedor Vanderley e a compradora Mônica. Entretanto, não está conseguindo realizar a transferência do bem para o nome da compradora, por conta de um bloqueio inserido pelo réu. Considera injusto o bloqueio. Pede a declaração do direito da autora e da compradora de transferir o bem para o nome desta, ou a expedição de segunda via do CRV.

É o breve relato. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Improcede a ação.

Conforme consta à pág. 34 e mesmo pelo impresso que segue, obtido por este magistrado via Renajud, o veículo cuja compra e venda a autora diz ter intermediado está em nome de Marcos Xavier, e não da pessoa que teria deixado o automóvel aos cuidados da autora para a venda ser intermediada (Vanderley Rodrigues Neves).

1009675-91.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Isso configura indício forte de crime, isto é, de que o CRV de pág. 11 é falso e que Vanderley Rodrigues Neves jamais foi proprietário real do veículo, ou obteve a posse mediante algum expediente ilícito. Está-se diante de uma possível alienação *a non domino*.

Nesse sentido, evidente que a pretensão da autora de obter a declaração de propriedade em favor de Mônica ou a obtenção de um segundo CRV não pode ser aceita, devendo-se realmente ser, por ora, impedida a transferência do bem, enquanto se investiga o possível crime, inclusive porque esse bem poderá eventualmente, a depender do que se apure, retornar ao domínio de seu possível proprietário Marcos Xavier, com eventuais direitos de regresso garantidos aos terceiros de boa-fé.

Prematura a propositura desta demanda.

Julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 17 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**